

Sarney quer interromper a Constituinte

por Cecília Pires de Brasília

O presidente José Sarney afirmou ontem que o pacto político não saiu até hoje por culpa do PMDB e defendeu a idéia de interromper os trabalhos da Constituinte para discutir um entendimento, segundo sugestão do senador José Richa. O pacto, hoje, é "indispensável", segundo o presidente do PFL, para mostrar ao País que "nós, enquanto poder civil, temos condições de governar o País". A transição, na opinião do líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, "está por um fio. E quem segura a transição é o PMDB".

Enquanto Luís Henrique contatava os governadores do partido, aconselhando-os a amenizar as críticas ao governo, segundo relato do repórter Carlo Iberê de Freitas, o senador Marco Maciel, ao sair de uma audiência com o presidente Sarney, dava um recado semelhante. De acordo com Maciel, o pacto político é a única maneira de concluir a transição e elaborar um projeto de Constituição.

Ao chamar a atenção para a responsabilidade do poder civil, Marco Maciel identificou no anteprojeto da Constituinte e na crise econômica e social o nó que deve ser desatado pelos partidos políticos. "É importante nesta hora que consigamos fazer uma boa Constituição. Receio que esta proposta que aí está não nos leve à tessitura de uma Constituição que seja o que o povo brasileiro aspira".

O ideal, segundo Marco Maciel, seria obter um pacto social não apenas para

Ulysses e Cabral contra a proposta

O presidente do PMDB e da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães, e o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, rejeitaram ontem a proposta do senador José Richa de suspender os trabalhos da Constituinte para que o Congresso Nacional se reúna e discuta os problemas conjunturais gerados pela crise econômica no País, informa a Agência Globo.

Ulysses Guimarães ofereceu uma contra-sugestão: a de que a Constituinte acelere a elaboração da Constituição e desenvolva um esforço no sentido de finalizá-la mais rápido, antes de novembro. Há uma grande expectativa de todos os segmentos da sociedade sobre o novo ordenamento jurídico, econômico, político e social, que será fixado na nova Constituição, argumentou o presidente.

"A Constituinte não é problema, é solução. Já estamos num ritmo acelerado, e talvez nesses quarenta dias de discussão no anteprojeto possamos fazer duas ou três sessões por dia, inclusive aos sábados e domingos, e assim economizar tempo. Tenho um grande respeito ao senador José Richa, mas me permito fazer essa contra-sugestão", disse Ulysses.

A culpa é do PMDB, diz o presidente

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney, ao ser criticado ontem, na Granja do Torto, nas conclusões de um documento (veja abaixo), lido pelo reitor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo (USP), de que apenas recorria ao pacto social nos momentos de crise, respondeu que a proposta só não tinha se viabilizado por culpa do PMDB, que não aceitou a negociação prévia de um pacto político com os demais partidos, pressuposto para iniciar um amplo entendimento nacional, conforme analisou. "O PMDB não quis di-

luir sua força hegemônica", reclamou Sarney, segundo palavras do professor José Augusto Guilhon de Albuquerque, um dos nove cientistas políticos autores do documento e presentes à reunião.

O presidente, conforme o mesmo relato, explicou ao professor que o PMDB rejeitou a idéia de dividir poderes políticos com as demais agremiações partidárias, inevitável num acordo dessa natureza. O relatório final sobre o seminário "transição política, necessidades e limites da transição", lido por Goldemberg, recomendava a negociação de um pacto entre "as forças que condu-

zem o processo de ruptura com a antiga ordem". Sarney reafirmou que desde o início do governo tentou formalizar esse pacto e, ao contrário do que lhe foi dito, a iniciativa não tinha decorrido "em função de uma crise emergencial".

Foram cinco horas de conversa, que começou às nove da manhã e terminou com um churrasco. Sarney ouviu inúmeras observações. O professor Paulo Renato Costa Couto (Unicamp) disse-lhe que via uma certa "paralisia no governo", referindo-se à continuidade do processo de transição democrática. O presidente discordou.

Disse que sua prioridade é consolidar a democracia, pois sabe que "a solução da crise econômica é um exercício para mais de um governo". Mas, ressaltou que seu compromisso com a redemocratização depende do pacto político.

O reitor Goldemberg, coordenador do seminário, pediu mais participação da sociedade nos processos de decisão do governo. Aconselhou Sarney a colocar o plano macroeconômico do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, a um amplo debate com a classe política, antes de implementá-lo. Na sua opinião, "seria uma magnífica oportunidade".

elaborar o projeto da nova Constituição como também para reunir a nação em torno de pontos econômicos e sociais cruciais para a sociedade. "O pacto social, hoje, é impossível, por isso estamos tentando um grande acordo partidário que permita a elaboração de um pacto político." Maciel lembrou que o presidente Sarney propôs o pacto social logo ao assumir, encomendando a tarefa ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, mas não quis culpar o partido pelo fracasso do pacto.

"Os dias talvez fossem outros", disse Maciel. "Não quero fazer nenhuma observação sobre o papel dos partidos neste processo. Acho apenas que hoje cresceu muito o sentimento dentro dos partidos da necessidade do acordo partidário. Ao assumir hoje a postura do pacto antes proposto ao PMDB, Maciel disse que não procurou o partido em primeiro lugar

deliberadamente, pois "o PMDB está comprometido com o PFL neste passo importante que foi o pacto da transição".

Maciel ainda mostrou-se preocupado pelo fato de "termos cinco meses de trabalho e ainda não temos um projeto de Constituição. O trabalho apresentado foi de mera compilação, e entre várias sugestões algumas nem foram aprovadas nas comissões temáticas". Maciel defendeu que o entendimento entre os parti-

dos deveria passar por uma de duas alternativas: a mudança do regimento, para permitir um substitutivo que contivesse pontos convergentes de todas as correntes partidárias ou um novo relatório a ser apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não quis pronunciar-se a respeito das declarações que o presidente Sarney teria feito ontem a um

grupo de intelectuais, na Granja do Torto, culpando o PMDB pelo fracasso do pacto político. Ulysses disse preferir aguardar para ver se estas declarações tinham sido, efetivamente, feitas pelo presidente.

Ulysses discordou, porém, das afirmações atribuídas a Sarney de que a Constituinte deveria paralisar seus trabalhos para "uma reflexão". "É preciso elaborar a Constituição o quanto antes para que se-

jam feitas leis complementares para resolver graves problemas políticos e sociais que aí estão".

Essa é uma idéia possível de ser estudada", disse o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

O presidente José Sarney fixa, no entanto, nos próprios trabalhos de elaboração do anteprojeto constitucional a preocupação central do governo, ao propor a pausa para um entendimento.

A notícia de que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, estaria preparando um anteprojeto completo para ser apresentado na Comissão de Sistematização, não preocupa o relator. "Se fosse para apresentar um anteprojeto completo, eu mesmo faria isso."